

## Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 40.873 (2017 - R\$ 75.480), correspondente a R\$ 10,16 por ação (2017 - R\$ 18,76), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 28,99% (2017 - 63,96%). Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,60% (2017 - 16,46%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Distribuidora pagou dividendos no montante de R\$ 26.571.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias

nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2018.

JSão Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

## Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2018		2017		PASSIVO	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>Circulante</b>		<b>2.791.036</b>	<b>2.309.625</b>			<b>Circulante</b>		<b>2.951.521</b>	<b>2.493.429</b>		
Disponibilidades	4	168.367	121.185			Outras obrigações		2.951.521	2.493.429		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.200.915	1.734.132			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	25		
Aplicações em operações compromissadas		2.200.915	1.734.132			Sociais e estatutárias		1.414	2.603		
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>4.789</b>	<b>4.458</b>			Fiscais e previdenciárias	11	44.966	63.766		
Carteira própria		83.279	181.230			Negociação e intermediação de valores	7	2.878.997	2.384.200		
Vinculados à prestação de garantias		253.129	193.261			Diversas	12	26.144	42.835		
<b>Outros créditos</b>		<b>85.330</b>	<b>79.817</b>			<b>Não circulante</b>		<b>24.184</b>	<b>10.930</b>		
Rendas a receber		3.803	9.019			Outras obrigações		15.966	5.854		
Negociação e intermediação de valores	7	27.595	29.760			Diversas	12	15.966	5.854		
Crédito tributário	8	6.833	11.062			<b>Resultados de exercícios futuros</b>		<b>8.218</b>	<b>5.076</b>		
Diversos	9	47.099	29.976			Receitas de exercícios futuros		8.218	5.076		
<b>Outros valores e bens</b>		<b>16</b>	<b>-</b>			<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>281.932</b>	<b>236.006</b>		
Despesas antecipadas		16	-			Capital social - Domiciliados no país		81.641	81.641		
<b>Não circulante</b>		<b>466.601</b>	<b>430.740</b>			Reserva de lucros		161.076	81.364		
Realizável a longo prazo		465.741	430.255			Ajustes de avaliação patrimonial		(1.658)	(2.479)		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	453.216	422.081			Lucros acumulados		40.873	75.480		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		453.216	422.081								
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>4.789</b>	<b>4.458</b>								
Vinculados à prestação de garantias		4.789	4.458								
<b>Outros créditos</b>	<b>8</b>	<b>7.736</b>	<b>3.716</b>								
Crédito tributário		7.736	3.716								
<b>Permanente</b>		<b>860</b>	<b>485</b>								
Investimentos	10	15	15								
Títulos patrimoniais		15	15								
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>1</b>	<b>1</b>								
Outras imobilizações de uso		36	650								
(Depreciações acumuladas)		(35)	(649)								
<b>Intangível</b>		<b>844</b>	<b>469</b>								
Ativos intangíveis		1.197	686								
(Amortizações acumuladas)		(353)	(217)								
<b>Total do ativo</b>		<b>3.257.637</b>	<b>2.740.365</b>			<b>Total do passivo</b>		<b>3.257.637</b>	<b>2.740.365</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>81.641</b>	<b>16.329</b>	<b>81.642</b>	<b>8.393</b>	<b>(2.390)</b>	<b>-</b>	<b>185.615</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - benefícios a empregados		-	-	-	-	(89)	-	(89)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	75.480	75.480
Destinações:								
Dividendos	14.c e e	-	-	(16.607)	(8.393)	-	-	(25.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>81.641</b>	<b>16.329</b>	<b>65.035</b>	<b>-</b>	<b>(2.479)</b>	<b>75.480</b>	<b>236.006</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>81.641</b>	<b>16.329</b>	<b>65.312</b>	<b>79.435</b>	<b>(2.059)</b>	<b>-</b>	<b>240.658</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - benefícios a empregados		-	-	-	-	(29)	-	(29)
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	430	-	430
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	40.873	40.873
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>81.641</b>	<b>16.329</b>	<b>65.312</b>	<b>79.435</b>	<b>(1.658)</b>	<b>40.873</b>	<b>281.932</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>93.850</b>	<b>151.070</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		93.850	151.070
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>93.850</b>	<b>151.070</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(17.639)</b>	<b>(12.717)</b>
Receitas de prestação de serviços	15	37.881	60.387
Despesas de pessoal		(12.187)	(24.664)
Outras despesas administrativas	16	(28.363)	(33.492)
Despesas tributárias		(10.125)	(12.895)
Outras receitas operacionais	17	4.004	4.860
Outras despesas operacionais	17	(8.849)	(6.913)
<b>Resultado operacional</b>		<b>76.211</b>	<b>138.353</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>76.211</b>	<b>138.350</b>
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>18</b>	<b>(33.097)</b>	<b>(60.356)</b>
Provisão para imposto de renda		(16.922)	(32.990)
Provisão para contribuição social		(13.577)	(26.422)
Ativo fiscal diferido		(2.598)	(944)
<b>Participações no lucro - empregados</b>		<b>(2.241)</b>	<b>(2.514)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>40.873</b>	<b>75.480</b>
Quantidade de ações	14.a	4.023.359,318	4.023.359,318
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		10,16	18,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido</b>		<b>40.873</b>	<b>75.480</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>8.268</b>	<b>2.618</b>
Amortização	16	68	77
Provisão para contingências		5.602	1.597
Imposto diferido	18.a e b	2.598	944
<b>Variações em ativos e passivos</b>		<b>865.836</b>	<b>1.673.791</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(13.927)	(130.673)
Redução em títulos e valores mobiliários		98.586	187.388
Redução/(aumento) em outros créditos		(34.389)	1.596.438
Aumento em outras obrigações		813.693	19.997
Aumento em resultado de exercícios futuros		1.873	641
<b>Caixa líquido originado em atividades operacionais</b>		<b>914.977</b>	<b>1.751.889</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aplicações no intangível		(276)	(48)
Alienações no intangível		-	22
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos</b>		<b>(276)</b>	<b>(26)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos	14.e	(26.571)	(25.000)
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento</b>		<b>(26.571)</b>	<b>(25.000)</b>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>888.130</b>	<b>1.726.863</b>
<b>Modificações na posição financeira</b>			
Início do período		1.481.152	128.454
Fim do período		2.369.282	1.855.317
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>888.130</b>	<b>1.726.863</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

### 1 | Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

### 2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio 2009, em consonância, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração a Distribuidora em 22 de agosto de 2018.

### 3 | Principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

#### c) Aplicações em ouro

As operações em ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrado na rubrica "Disponibilidades".

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

#### e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores de cotas divulgadas pelos administradores dos respectivos fundos.

#### f) Outros créditos

##### i. Rendas a receber

O Grupo Citibank é um Conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender as necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citibank realizam acordos de prestação de serviços de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

##### ii. Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

#### g) Permanente

##### i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

##### ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado era registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional.

Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Distribuidora espera utilizar o ativo.

##### iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534, do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização é reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Distribuidora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizados.

##### h) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

##### i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25, e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Banco Central do Brasil - BACEN.

##### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como *prováveis*, para as quais são constituídas provisões; *possíveis*, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e *remotas*, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sendo maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais, previdenciárias e trabalhistas são registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

##### j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Distribuidora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

##### k) Plano de incentivos com base em ações

A Distribuidora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelo seguinte programa:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Distribuidora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

##### l) Benefícios pós-emprego

A Distribuidora participa de plano de benefício de aposentadoria complementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelo funcionário durante o caso. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Distribuidora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superatuariais, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

##### i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

### 4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	154.207	100.789
Aplicações em ouro	14.160	20.396
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	2.200.915	1.734.132
<b>Total</b>	<b>2.369.282</b>	<b>1.855.317</b>

### 5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 Meses	Acima de 1 Ano	2018	2017
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
Posição bancada	2.200.915	-	2.200.915	1.734.132
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.734.132
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.200.915	-	2.200.915	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		453.216	453.216	422.081
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	453.216	453.216	422.081
<b>Total</b>	<b>2.200.915</b>	<b>453.216</b>	<b>2.654.131</b>	<b>2.156.213</b>

### 6 | Títulos e valores mobiliários

#### a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2018			2017	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	Custo Atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>					
Abertura por Vencimento	83.279	83.279	83.279	181.230	181.230
Vinculado à prestação de garantias	221.741	221.860	221.860	193.159	193.261
Letras do Tesouro Nacional - LTN	221.741	221.860	221.860	166.024	166.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	27.135	27.150
<b>Total</b>	<b>221.741</b>	<b>221.860</b>	<b>221.860</b>	<b>193.159</b>	<b>193.261</b>

#### b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2018			2017		
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem Vencimento	De 1 a 3 anos	Custo Atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
Carteira própria	83.279	83.279	83.279	-	181.230	181.230
Cotas de fundos de investimentos (1)	83.279	83.279	83.279	-	181.230	181.230
Vinculado à prestação de garantias	36.059	36.058	31.269	4.789	4.461	4.458
Cotas de fundos de investimentos	31.269	31.269	31.269	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.790	4.789	-	4.789	4.461	4.458
<b>Total</b>	<b>119.338</b>	<b>119.337</b>	<b>114.548</b>	<b>4.789</b>	<b>185.691</b>	<b>185.688</b>

(1) A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações compromissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Distribuidora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.e.

### 7 | Negociação e intermediação de valores

	2018		2017	
	Ativo Outros créditos	Passivo Outras obrigações	Ativo Outros créditos	Passivo Outras obrigações
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	661	2.876.264	2.130	2.381.474
Operações com mercadorias e ativos financeiros a liquidar (posição própria)	26.934	-	27.630	-
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	-	2.733	-	2.726
<b>Total</b>	<b>27.595</b>	<b>2.878.997</b>	<b>29.760</b>	<b>2.384.200</b>

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais a Distribuidora presta serviço de custódia de valores.

### 8 | Créditos tributários

#### a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para contingências trabalhistas fiscais e cíveis	3.002	1.779	(603)	4.178
Provisão para bônus e gratificação periódica	2.659	773	(2.558)	874
Provisão para outros pagamentos	4.123	1.935	(2.808)	3.250
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	15	-	(15)	-
<b>Total</b>	<b>9.799</b>	<b>4.487</b>	<b>(5.984)</b>	<b>8.302</b>
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para contingências trabalhistas fiscais e cíveis	1.099	525	(127)	1.497
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.808	1.535	(2.866)	477
Provisão para outros pagamentos	6.571	3.133	(3.349)	6.355
<b>Total</b>	<b>9.478</b>	<b>5.193</b>	<b>(6.342)</b>	<b>8.329</b>

#### b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para contingências trabalhistas fiscais e cíveis	2.001	1.067	(511)	2.557
Provisão para bônus e gratificação periódica	2.017	464	(1.957)	524
Provisão para outros pagamentos	3.274	1.161	(1.249)	3.186
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	9	-	(9)	-
<b>Total</b>	<b>7.301</b>	<b>2.692</b>	<b>(3.726)</b>	<b>6.267</b>
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para contingências trabalhistas fiscais e cíveis	910	315	(126)	1.099
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.685	1.221	(1.719)	1.187
Provisão para outros pagamentos	3.942	2.230	(2.009)	4.163
<b>Total</b>	<b>6.</b>			

...Continuação

**16) Outras despesas administrativas**

	2018	2017
Despesas de aluguel	(749)	(855)
Despesas de serviços técnicos especializados	(13.001)	(12.895)
Despesas de amortização e depreciação	(7.816)	(8.791)
Despesas de processamento de dados	(68)	(77)
Despesas de comunicações	(5.821)	(9.793)
Outras despesas administrativas	(167)	(293)
<b>Total</b>	<b>(28.363)</b>	<b>(33.492)</b>

**17) Outras receitas/(despesas) operacionais**

	2018	2017
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	369	725
Atualização e recuperação de impostos	524	1
Reversão de provisões de contingências (nota 13.b)	1.496	505
Outras reversões de provisões operacionais	-	3.600
Outras receitas operacionais	1.615	29
<b>Total</b>	<b>4.004</b>	<b>4.860</b>
<b>Despesas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Atualização monetária de contingências (nota 13.b)	(427)	(182)
Constituição de provisões de contingências (nota 13.b)	(6.671)	(1.920)
Despesas com captura execução e manutenção de transações	(123)	(384)
Despesas de juros sobre pagamentos de impostos	(787)	(787)
Despesas de serviços prestados a ligadas (1)	(1.540)	(3.274)
Outras despesas operacionais	(88)	(366)
<b>Total</b>	<b>(8.849)</b>	<b>(6.913)</b>

(1) A variação nas despesas de serviços a ligadas são decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

**18) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social****a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda**

	2018	2017
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>76.211</b>	<b>138.350</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(2.241)	(2.514)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>73.970</b>	<b>135.836</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(6.155)</b>	<b>(3.859)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(177)	892
Provisão para contingências fiscais cíveis e trabalhistas	4.708	1.595
Provisão para bônus gratificações e PLR	(12.015)	(5.483)
Provisão para outros pagamentos	1.329	(863)
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>71</b>	<b>136</b>
Outras despesas não dedutíveis	71	136
<b>Base de cálculo do imposto de renda</b>	<b>67.886</b>	<b>132.113</b>
Aliquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(16.922)	(32.990)
<b>Provisão para imposto de renda</b>	<b>(16.922)</b>	<b>(32.990)</b>
<b>Base Tributável diferida</b>	<b>(6.155)</b>	<b>(3.859)</b>
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	(1.539)	(965)
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(1.539)</b>	<b>(965)</b>
<b>Total do imposto de renda</b>	<b>(18.461)</b>	<b>(33.955)</b>

**b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social**

	2018	2017
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>76.211</b>	<b>138.350</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(2.241)	(2.514)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>73.970</b>	<b>135.836</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(6.155)</b>	<b>(3.859)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(177)	892
Provisão para contingências fiscais cíveis e trabalhistas	4.708	1.595
Provisão para bônus gratificações e PLR	(12.015)	(5.483)
Provisão para outros pagamentos	1.329	(863)
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>71</b>	<b>136</b>
Outras despesas não dedutíveis	71	136
<b>Base de cálculo da contribuição social</b>	<b>67.886</b>	<b>132.113</b>
Aliquota de 20% para contribuição social	(13.577)	(26.422)
<b>Provisão para contribuição social</b>	<b>(13.577)</b>	<b>(26.422)</b>
<b>Base Tributável diferida</b>	<b>(6.155)</b>	<b>(3.859)</b>
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(923)	(579)
Majoração da CSLL 5%	(136)	600
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(1.059)</b>	<b>21</b>
<b>Total da contribuição social</b>	<b>(14.636)</b>	<b>(26.401)</b>

**19) Transações com partes relacionadas****a) Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2018			2017		
	Controladora	No país	No exterior	Controladora	No país	No exterior
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
<b>Ativo/(Passivo)</b>						
Disponibilidades	154.207	-	43	36.353	-	338
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.654.131	-	-	2.156.213	-	-
Outros créditos	123	-	141	-	-	441
Outras obrigações	(570)	-	(612.641)	(290)	-	(89.002)
<b>Receita/(despesa)</b>						
Resultado com títulos e valores mobiliários	82.160	-	-	120.561	-	-
Receita de prestação de serviços	2.625	5.432	222	1.039	4.425	441
Outras despesas administrativas	(4)	(5.682)	(9.124)	(24)	(5.324)	(50)
Outras despesas operacionais	(644)	-	(4.149)	(3.240)	-	(6.591)
(1) Banco Citibank S.A.						
(2) Citibank N.A. (Filial Brasileira), Fundo de Investimento Referenciado DI Londres e Citi Brasil Comércio e Participações Ltda.						
(3) Citibank Europe PLC France; Citibank Europe PLC Luxembourg; Citibank, N.A. Ireland; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank Canada; Citibank, N.A. Argentina; Citibank, N.A. United Kingdom; Citigroup Pty Limited; Citibank, N.A. Hong Kong; Citigroup Global Markets Operations and Technology LLC; Citibank, N.A. Singapore; Citigroup Technology, Inc.; Citibank Europe PLC Poland; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citibank, N.A.; Citigroup Global Markets Limited; Citigroup Global Markets Inc.; Citigroup Inc.; Citibank Overseas Investment Global.						

**20) Planos de benefícios pós-emprego a funcionários****Características básicas dos planos****i. Plano de aposentadoria**

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, Aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

**ii. Valor do benefício de aposentadoria normal**

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.

Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

**iii. Plano de contribuição definida**

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e a Distribuidora contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.

Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

A Distribuidora e suas afiliadas são patrocinadoras da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 a Distribuidora contribuiu com R\$ 143 (2017 - R\$ 202) para a Citiprevi registrado na rubrica de "Despesa de pessoal".

**iv. Plano de benefício definido**

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

**Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

(i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;

(ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e

(iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 7 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 22 de agosto de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

**Comitê de Auditoria**

desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 22 de agosto de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, (ii) dos assuntos de destaque do semestre, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

**Comitê de Auditoria**

**A Diretoria**

**Alexandre Macedo Barbosa**  
CRC: ISP191859/O-5

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

**Comitê de Auditoria**

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, é necessário premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a Distribuidora contribuiu com R\$ 498 (2017 - R\$ 631) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "Despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação dos planos de benefícios estavam assim representados.

	2017	2016
Ativos líquidos dos planos	63.395	43.799
Passivos atuariais	(55.916)	(41.627)
<b>Superávit</b>	<b>7.479</b>	<b>2.172</b>

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em Dezembro de 2017 e 2016.

**Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial**

Moeda funcional R\$ R\$

Critério para apuração dos ativos em 31/12/2017 informado em 31/12/2016 informado pela Citiprevi

Taxa de desconto da obrigação atuarial Inflação + 5,45% a.a. = 10,20% a.a. Inflação + 5,71% a.a. = 11,00% a.a.

Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano Inflação + 5,45% a.a. = 10,20% a.a. Inflação + 5,71% a.a. = 11,00% a.a.

Crescimento salarial médio Inflação + 2,50% a.a. = 7,10% Inflação + 2,50% a.a. = 7,62%

Crescimento benefício previdenciário Inflação = 4,50% Inflação = 5,00%

Reajuste do benefício do plano Inflação = 4,50% Inflação = 5,00%

Taxa anual de inflação a longo prazo 4,50% a.a. 5,00% a.a.

Capacidade salarial e de benefício (1) 98,00% 98,00%

Percentual de aumento do custo médico por faixa etária Não aplicável Não aplicável

Tábua de mortalidade geral AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo

Tábua de mortalidade de inválidos Mercer Disability desagravada em 5000% Mercer Disability desagravada em 5000%

Tábua de entrada em invalidez Até 20 SM: 020/(TS) ^ 026 Até 20 SM: 020/(TS) ^ 020

Rotatividade Acima de 20 SM: 022/(TS) ^ 032 Acima de 20 SM: 022/(TS) ^ 032

SM: Salário Mínimo SM: Salário Mínimo

TS: Tempo de Serviço TS: Tempo de Serviço

Varia em função da idade conforme demonstrado a seguir: Varia em função da idade conforme demonstrado a seguir:

55 anos (2) - 40,00% 55 anos (2) - 40,00%

Entrada em aposentadoria 56-57 anos - 20,00% 56-57 anos - 20,00%

58 anos - 15,00% 58 anos - 15,00%

59 anos - 5,00% 59 anos - 5,00%

60 anos - 100,00% 60 anos - 100,00%

90% dos participantes ativos são casados na data do evento sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

90% dos participantes ativos são casados na data do evento sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

(2) 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

**v. Taxa para desconto da obrigação atuarial**

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

**vi. Seguro de vida**

A Distribuidora oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

**21) Outras informações**

a) Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

b) A Distribuidora é administradora de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos montam R\$ 15.132.203 (2017 - R\$ 83.980.844) e carteiras de terceiros cujos valores montam R\$ 0 (2017 - R\$ 4.378.731).

c) Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foi reconhecida perda por *impairment* para ativos não-financeiros.

d) A Distribuidora opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 14,60% (2017 - 16,46%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

**22) Gerenciamento de integrado de riscos**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



• **Executive Committee (ExCo):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades

• **Country Risk Management Committe (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

**22.1. Gerenciamento de risco de capital**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557,

# CITI. NO BRASIL, NO MUNDO E NO AMANHÃ.

Mais de 200 anos de experiência, 103 deles no Brasil, nos ensinaram que o mundo é um lugar cheio de oportunidades.

Durante todo esse tempo, muita coisa mudou, mas a curiosidade e a determinação dos nossos clientes continuam a mover sonhos que se transformam em realidade.

Somos otimistas em relação ao futuro. Ele nunca nos decepcionou e continua sendo o nosso foco. Imaginar o que nunca foi feito traz crescimento e progresso para empresas, para a sociedade e para o mundo. Acreditamos nos apaixonados por aquilo que fazem e apoiamos aqueles que assumem responsabilidades por suas escolhas. O que vem depois? Vamos descobrir juntos.

[citi.com.br](http://citi.com.br)

citi<sup>®</sup>